

# O AMIGO DO POVO



Jornal das Lutas Populares e da Revolução Social

Preço: R\$1,00

ANO III | Nº 9 | oamigodopovo@inventati.org | www.oamigodopovo.noblogs.org | Brasil central, Maio/Jun/Jul de 2024

Editorial

## A agenda eleitoral e a agenda das lutas populares

Antonio Galego

**A** corrida para eleições municipais de outubro começou. As pré-candidaturas e coligações começam a ser decididas, entre disputas e oportunismos de vários tipos. O certo é a retomada, nas grandes e médias cidades, da polarização eleitoral entre o Lulismo (e a ideia de frente ampla) e o Bolsonarismo (unindo setores de direita e extrema-direita). Em muitos municípios pequenos, a expectativa, no entanto, é a coligação entre partidos burgueses de direita e de esquerda, como registrado em pleitos anteriores.

Paralela ao calendário eleitoral, as lutas reivindicativas dos trabalhadores começam a aumentar, impulsionada pela continuidade de precarização das condições de vida, arrocho salarial e retrocessos em várias áreas (marco temporal, privatização de presídios, lei dos aplicativos, etc.). A greve nacional de técnicos e professores das universidades, greves operárias, greves de trabalhadores de aplicativos, mobilização indígena, greves de servidores estaduais e municipais, são exemplos dessas lutas. A não revogação das reformas trabalhista e previdenciária, como prometido por Lula em 2022, junto aos novos retrocessos, vem corroendo as ilusões que um setor das massas ainda tem com o governo burguês de Lula-Alckmin.



Foto: Marcha indígena reúne 10 mil e pressiona governo contra o Marco Temporal (25/04/2024)

Os partidos de esquerda e direita colocam centralidade na agenda eleitoral. Esses partidos avaliam as lutas do povo de acordo com o seu interesse eleitoral, e não de acordo com a importância e legitimidade da defesa dos direitos e da vida dos trabalhadores. Os governistas do PT, PCdoB e PSOL são um grande exemplo disso. Em municípios que estão na “oposição”, apoiam demagogicamente certas lutas para desgastar os governos e fortalecer suas candidaturas, tal como ocorre em São Paulo. Mesmo nesses casos não querem que as lutas se expandam e se radicalizem, fatos que atrapalhariam seus interesses eleitorais. Quando a situação é inversa, impedem as lutas a todo custo. No Ceará, governado

pelo PT, a burocracia sindical da APEOC, após uma série de manobras na assembleia dos professores (no dia 4 de abril) tentando impedir a deflagração da greve, foi expulsa a cadeiradas pela base indignada.

O choque de interesses entre a agenda eleitoral burguesa e a agenda das lutas populares é evidente. É fundamental defender em cada espaço que as lutas sejam organizadas independente dos governos de turno ou dos aspirantes a eles. As demandas e reivindicações populares são justas e devem ser levadas até a vitória, unificando e radicalizando os movimentos reivindicativos afim de fortalecer a resistência pelos direitos mais básicos do povo que tem sido negados. ■

### PL DOS APPS

A modalidade de trabalho conhecida como “motorista de aplicativo” ou “entregador por aplicativo” chegou ao Brasil em 2014. O Brasil estava no período em que cada vez mais trabalhadores entravam no trabalho informal e sem direitos. A resposta do governo à luta dos entregadores foi uma proposta de lei complementar (PLP 12/2024) feita pelo Governo Lula-Alckmin em conclusão com as empresas e centrais sindicais pelegas.

PÁGINA 2

### CASO MARIELLE

No dia 24 de março de 2024, cinco anos após os trágicos assassinatos de Marielle e Anderson, os mandantes e mentor foram presos. As prisões não só lançaram luz ao caso, mas reafirmaram o que já era sabido, o Estado brasileiro é um reduto de corruptos e mafiosos, assim como a política brasileira sempre foi ditada pelo poder da violência, destacando os perigos enfrentados por quem decide se envolver com a atividade política em nosso país.

PÁGINA 3

### ENTREVISTA

Inaugurando nossa primeira entrevista, conversamos com Pedro César Batista, jornalista, escritor, poeta e um histórico militante das lutas populares e anti-imperialistas no Brasil. Tem se destacado como liderança do Comitê de Solidariedade ao Povo Palestino (CSP-DF).

“O rompimento da relação com Israel exige a mobilização popular das massas.”

PÁGINA 4



# PL DOS APLICATIVOS: AVAL PARA A SUPEREXPLORAÇÃO DO TRABALHADOR

Érico

A modalidade de trabalho popularmente conhecida como “motorista de aplicativo” ou “entregador por aplicativo” chegou ao Brasil em 2014, iniciado pela Uber. O Brasil estava no período crescente da crise de emprego e crise econômica, em que cada vez mais grandes parcelas dos trabalhadores entravam no trabalho informal e sem direitos. Através de empresas como Uber, 99, Ifood, Rappi, inDrive etc., o trabalho que se caracteriza por cadastrar-se em aplicativo digital e realizar corridas ou entregas segundo demanda específica, não vincula o trabalhador a direitos trabalhistas como férias ou licenças, nem direitos previdenciários, ou direitos frente a empresa de aplicativo, nem divisão de possíveis despesas com instrumento de trabalho, nem seguro para casos de acidentes laborais.

Encorajados pela ideia falaciosa impulsionada por estas empresas, os trabalhadores são tratados como “donos de seus próprios negócios”, realizando o trabalho quando e onde quiserem. Essa série de “liberdades” na verdade representa precarização severa e ameaça largamente os direitos trabalhistas conquistados até hoje. Essa discussão levou a uma proposta de lei complementar (PLP 12/2024) feita pelo Ministério do Trabalho, liderado por Luiz Marinho, e tratada como uma das prioridades do Governo Lula-Alckmin.

O projeto nefasto que nomeia estes trabalhadores de “autônomos plataformizados”, permite **jornada de trabalho de até 12 horas** em cada app, salário-mínimo de

até R\$ 32 por hora de corrida realizada (final R\$ 1.412), sendo que deste valor R\$ 8,02 será destinado ao fundo previdenciário, e R\$ 8,02 para a empresa do aplicativo. A proposta do valor mínimo por hora trabalhada, no entanto, serve somente para as horas em que o trabalhador está com passageiro em corrida, não considerando o período ocioso entre as corridas ou durante a espera por produtos ou passageiros. Isso levará inevitavelmente ao aumento das horas reais trabalhadas pelos motoristas e entregadores, que desprenderão de mais tempo para alcançar o valor.

Além disso, os trabalhadores temem que esta proposta inicial de salário-mínimo forme o teto de salário da categoria. Outro ponto grave desta proposta do governo, aponta as empresas como mediadoras do serviço, e não a relação de contratantes/empregadoras. Esta postura agradou os representantes da Uber, 99 e inDrive que saudaram a definição. O acordo feito pelo governo reuniu representações das Empresas (Uber, Ifood, Zé Delivery, Rappi, etc.), centrais sindicais (CUT, CTB, UGT, NCST, CSB) e do governo, o que eles têm chamado de Grupo Tripartite, e que exclui essencialmente os trabalhadores da base da discussão. Há uma disputa clara entre os grupos sindicais pela representação da categoria.

A proposta suscitou nacionalmente inúmeras mobilizações dos trabalhadores de aplicativo que promoveram breques/paralisações, acusando o governo, as centrais sindicais e as empresas de se beneficiarem às custas de seus trabalhos. ■



Foto: Paralisação de motoristas de aplicativo em Fortaleza (CE) contra o PLP 12/2024.

## GREVE NAS FEDERAIS E O CUSTO DO GOVERNISMO

Grito do Povo

Desde março, técnicos e professores do ensino superior federal iniciaram um movimento grevista, cerca de 40 universidades federais já aderiram, marcando um retorno significativo das paralisações após as mobilizações expressivas de 2012 e 2015. Esse retorno ocorre após uma sequência de cortes bilionários anuais na educação federal, que totalizaram 98,8 bilhões de 2014 a 2022, e das consideráveis perdas salariais enfrentadas pelos professores e técnicos, chegando a 22% e 34%, respectivamente. No entanto, as categorias se encontram divididas quanto à legitimidade e adesão à greve. A resistência de muitos em aderir à greve, votações apertadas e a não paralisação efetiva na maioria das instituições demonstram a divisão na categoria.

Atualmente, há um discurso que questiona a legitimidade da greve, sugerindo que ela poderia fortalecer a extrema direita. Esse discurso teria pouco impacto em outras categorias, mas no funcionalismo público da educação é diferente, pois há um distanciamento da realidade das massas trabalhadoras, o que torna o setor um terreno fértil para distrações, divagações e vacilações ideológicas em momentos de embate. Todavia, mesmo distanciados das massas, é no funcionalismo público e na educação onde estão, e se formam, a maior parte das vanguardas políticas do país. Analisar esse setor é entender como agem e pensam as forças políticas que almejam influenciar os rumos da luta de classes. Contradição esta que explica grande parte da crise da esquerda e que simultaneamente explicita o principal desafio para os socialistas que ainda almejam uma revolução no país: ir ao povo.

Dois posições predominantes disputam atualmente o movimento grevista. O governismo de direita que busca amedrontar e frear a generalização da greve fazendo o uso do espantinho da extrema direita para proteger o governo, alegando que greves nesse momento irão enfraquecer o governo e enfraquecer o governo é abrir caminho para retorno do “fascismo” ao poder. Do outro lado, temos o governismo de esquerda que defende que este é o momento mais propício para greve, pois seria mais frutífero negociar com um governo progressista. Ambas posições são governistas, pois colocam os interesses de classe em segundo plano em relação ao protagonismo governamental. Elas priorizam soluções eleitorais em vez da aposta na mobilização das massas, hierarquizam os meios de luta com os interesses eleitorais sempre no topo e ainda chamam essa farsa de dialética.

Por isso a base grevista já nasce dividida e propensa a vacilações, não somente devido aos discursos opostos, mas como um custo político da prática eleitoral impregnada nos sindicatos e organizações políticas. Não se trata somente do voto ou dos sindicatos das categorias e do movimento estudantil serem os cabos eleitorais do petismo há décadas, mas resultado de um trabalho de longo prazo que vem instrumentalizando o medo e a esperança para fins de disputa governamental. ■



# CASO MARIELLE: O AUMENTO DA VIOLÊNCIA POLÍTICA E OS RISCOS DA MILITÂNCIA

■ J. C. Ramos

**E**m uma rua da zona central da cidade do Rio de Janeiro, um Chevrolet Cobalt prata se aproxima de um veículo ocupado e atira várias vezes. Uma mulher e um homem são gravemente feridos, a mulher recebe 3 tiros fatais na cabeça, o motorista é alvejado nas costas. Ambos faleceram no local. A terceira pessoa somente é ferida pelos estilhaços. Foi assim que numa noite de 2018, a vereadora Marilene Franco, do PSOL do Rio de Janeiro, e Anderson Gomes foram brutalmente assassinados.

No dia 24 de março de 2024, cinco anos após os trágicos assassinatos, o deputado federal Chiquinho Brazão, União Brasil-RJ, e seu irmão, Domingos Brazão, conselheiro do Tribunal de Contas do Estado, foram detidos e acusados de serem os mandantes do crime. No mesmo dia, Rivaldo Barbosa, ex-chefe da Polícia Civil do Rio de Janeiro, também foi preso como mentor. As prisões não só lançaram luz ao caso, mas reafirmaram o que já era sabido, o Estado brasileiro é um reduto de corruptos e mafiosos, assim como a política brasileira sempre foi ditada pelo poder da violência.

O crime não apenas abalou a política e a sociedade brasileira, mas também destacou os perigos enfrentados por quem decide se envolver com a atividade política em nosso país. Quando uma pessoa pública e com mandato no poder legislativo é assassinada dessa forma covarde, isso diz muito mais sobre os riscos que correm militantes comuns, sem nenhuma blindagem institucional, do que os riscos que correm os parlamentares no Brasil. Contudo, um fato incontestável é que a violência é uma das principais questões determinante na realidade brasileira, seja como ferramenta política ou não, porém parece não ser levada a sério pela maioria das organizações políticas em suas práxis militantes.

Se a máxima da Federação Anarquista Uruguaia, na década de 70, afirmava que não existe luta revolucionária sem solução da questão da violência, ou seja, solução entendida como organização da autodefesa

como resposta à repressão. No Brasil, é coerente afirmar que não existe possibilidade de trabalho de base junto às massas sem resolver a questão da violência. No entanto, a resolução deste problema não se dará nem pelo denunciamento da esquerda institucional, nem pela ação policial e muito menos através do esquerdismo autonomista e seus ensaios performáticos de autodefesa (black bloc, protoganguismo antifa ou grupos de treinos coletivos de artes marciais). O problema da violência no Brasil chegou a outro patamar e nenhuma das atuais práticas da esquerda contra o problema poderá evitar o tombamento de mais companheiros e companheiras executados por tiros nesse cenário belicoso.



A construção de qualquer programa ou projeto político requer uma análise cuidadosa da realidade, a fim de identificar as demandas, contradições e limitações. No contexto brasileiro, a abordagem da questão da violência, partindo de uma perspectiva classista, objetivando ganhar influência sobre a população, perpassa esses três pontos. Ignorar isso no dia a dia do fazer política, como faz a esquerda institucional, ou lidar com o problema por meio de soluções superficiais, como faz o esquerdismo autonomista, é um atestado de óbito ou, simplesmente, e na maioria das vezes, um atestado da falta de inserção popular. Porém, hoje com a polarização ideológica e a ampliação do acesso a armas de fogo, a violência política também bate à porta daqueles limitados politicamente às camadas médias.

Casos como o de Marielle e Anderson irão se repetir, assim como semanas atrás se repetiu com a execução do jovem ativista indígena Hariel, espancado e executado a tiros dentro de uma Terra Indígena que está sob disputa em Santa Catarina. Por isso, notícias como as seguintes deveria render muito mais que denúncias nas redes sociais: “Número de armas dobra e chega a quase 3 milhões no Brasil”; “Ocupação Marighella é invadida por homens armados”; “Número de CACs supera o de policiais”; “Brasil foi 2º país mais letal para ambientalistas em 2022”; “Em 2024 conflitos no campo atingem maior número já registrado desde 1985”; “Homens ateam fogo na Ocupação Anita Garibaldi”; “Avança a expansão das milícias no Brasil”; “MP mira empresas de ônibus de SP que seriam ligadas ao PCC”; “Pelo menos 84 candidatos nas eleições foram assassinados durante as campanhas em 2020”; “Grupo com símbolo nazista faz disparos e ameaça estudantes negros em bar próximo a Unicamp”.

A transição do modelo fordista para o ultraflexível resultou em uma crise econômica que reduziu significativamente a demanda por trabalhadores fabris. Essa crise, por sua vez, desencadeou duas outras crises: a agrária e a urbana. A crise agrária surgiu da necessidade de monopolizar terras para a produção de commodities, resultando no deslocamento dos trabalhadores do campo para áreas urbanas. Como resultado dessa interação, a crise urbana se intensificou, evidenciada pelo aumento das favelas e aglomerados urbanos. Os territórios urbanos já não são apenas alvo do controle social via repressão policial, mas também da extração de capital por meio da venda de serviços e produtos. Como consequência, a disputa política nos territórios urbanos tornou-se tão crucial quanto nos locais de trabalho, sendo impossível neles ignorar a questão da violência. ■

# PEDRO CÉSAR BATISTA: “O ROMPIMENTO DA RELAÇÃO COM ISRAEL EXIGE A MOBILIZAÇÃO POPULAR DAS MASSAS”

## ■ Pedro César Batista

Jornalista, escritor, poeta e também um histórico militante das lutas populares e anti-imperialistas no Brasil. Há muitos anos tem uma atuação destacada no resgate à memória do seu irmão, João Batista, mártir da luta pela terra no Pará. Tem atuado também nas lutas pela terra e moradia no Distrito Federal e se destacou como liderança do Comitê de Solidariedade ao Povo Palestino (CSP-DF).

## ■ Entrevistador:

Antonio Galego, editor geral do jornal O Amigo do Povo.

**1. Camarada Pedro, recentemente você foi alvo de uma lista de espionagem política por parte da ABIN através do programa israelense FirstMile. Durante a ditadura você também foi alvo de espionagem por parte do SNI. Você pode nos dizer qual a sua avaliação dessa perseguição e se ela se relaciona a sua militância social e internacionalista?**

**Pedro** - A minha militância vem do final dos anos 70 e ao longo dessas décadas eu tenho tido integração às lutas no campo e na cidade, com os trabalhadores, sempre combatendo a burguesia, o imperialismo e seus agentes que atuam no meio do povo para servir aos interesses do capital. Na ditadura eu cheguei a ficar três vezes preso, tive vários amigos assassinados após o fim da ditadura, inclusive o meu irmão foi assassinado. Meu pai também levou um tiro na cabeça e ficou deformado de um lado do rosto.

Isso significa que o que o governo Bolsonaro fez ao longo de quatro anos do mandato, colocar espionagem para grampear o meu celular, é a continuação dessa ação persecutória da burguesia e do imperialismo àqueles que lutam. Eu coloco única e exclusivamente à minha militância, buscando organizar, unir e construir a revolução socialista a causa dessa perseguição que eu tenho sofrido, seja na época da ditadura, seja na época do fascista Bolsonaro, ou mesmo em governos democráticos que eu sempre tive inúmeras dificuldades com eles. Eu sofri também um bloqueio muito grande por parte de governos reformistas entre 2002 e 2014 e agora também nesse um ano e pouco do governo Lula. Mas assim, é consequência da luta, temos que estar preparados para enfrentar essa situação.

**2. O uso de um programa espião israelense pelo Estado brasileiro expõe uma parte do significado das relações Brasil-Israel. Como você avalia a manutenção das relações econômicas, militares e tecnológicas do Brasil com o Estado sionista?**

**Pedro** - O Brasil ao longo de sua história tem tido uma relação de dependência com o imperialismo. Poderíamos dizer que o único período que tentou romper de maneira mais firme foi o governo João Goulart, com a estatização de multinacionais, controle da remessa de lucros. Agora não é diferente. O Brasil, apesar do presidente Lula ter uma posição que destaca e denuncia o genocídio contra o povo palestino mantém a relação, inclusive o embaixador sionista aqui no Brasil se reuniu com parlamentares no Congresso Nacional, inclusive indicou um dirigente para a polícia rodoviária federal, que coordena as relações internacionais, ou seja, é algo inaceitável e que é preciso romper.

Agora, o rompimento dessa relação exige a mobilização popular das massas, bem como um governo popular, que a gente nunca teve na história. Então, neste momento é fundamental a mobilização e a solidariedade ao povo palestino, para que a Palestina de fato seja livre do rio ao mar, não tem condições de existir dois Estados ali onde era a Palestina, com os invasores que estão lá desde 1948, e o Brasil tem a obrigação de romper relações comerciais, políticas e expulsar o embaixador sionista do Brasil e chamar o embaixador brasileiro de Tel-Aviv que deve retornar ao Brasil.



**3. O genocídio contra o povo palestino já ultrapassa 200 dias. As cenas da covardia e barbárie sionista, no entanto, não tem alterado a posição pró-sionista ou demagógica de países imperialistas, da mídia internacional e órgãos multilaterais. Como você avalia a atual situação em Gaza e na região?**

**Pedro** - A situação em Gaza é uma política de ocupação do Oriente Médio, a partir da criação do Estado de Israel, uma organização terrorista, como um quartel general dos Estados Unidos na região. Nesse momento, com mais de 200 dias de massacre, um verdadeiro genocídio, com mais de 13 mil crianças assassinadas, mais de 10 mil mulheres assassinadas, há o silêncio dos países ricos, da União Europeia, inclusive da Alemanha que é o segundo país depois dos Estados Unidos que mais recursos e armas manda para seguir massacrando o povo palestino. Então, é a luta anti-imperialista. Nós temos que criar as condições para que os povos que constroem a sua soberania e a sua independência tenham a capacidade de se unir, e nós aqui no Brasil mobilizarmos o povo efetivamente para denunciar o crime, o genocídio, o extermínio e a ocupação sionista nas terras palestinas.



É preciso fazer essa denúncia de maneira contundente. Estados Unidos, a União Europeia, Marrocos e outros países serviçais, como agora a Guiné Bissau que retirou a bandeira do navio que liderava a flotilha levando alimentos para Gaza, precisam ser denunciados. Esses são os inimigos dos povos, querem a guerra, impõem a exploração e buscam com o massacre ao povo palestino garantir a ocupação de todo aquele território. Essa é nossa tarefa: denunciar, mobilizar e organizar na luta anti-imperialista.

#### 4. A resistência político-militar contra a invasão colonial sionista é a base da sobrevivência do povo palestino. Porém, desde o início do genocídio as massas populares no

**mundo inteiro tem feito grandes demonstrações de solidariedade. Inclusive sofrendo repressão e perseguição. Qual o papel e os desafios da solidariedade internacionalista?**

**Pedro** - Mais recentemente, nessas semanas, nós vimos que em torno de 40 universidades nos Estados Unidos os estudantes estão acampados em apoio ao povo palestino. Ao mesmo tempo o governo e a polícia dos Estados Unidos está prendendo dezenas, além do financiamento ao genocídio em Gaza. O nosso papel é efetivamente construir a solidariedade, denunciando os crimes do imperialismo, do sionismo, do fascismo, que na realidade é uma ação que

resgata o nazismo de Hitler. O sionismo hoje é a continuação do nazismo da 2ª Guerra Mundial. E os governos que não se posicionarem, e os movimentos também que se omitirem, serão cúmplices a esse extermínio em curso em Gaza.

A solidariedade tem que construir grandes mobilizações, tem que denunciar, tem que fazer a conscientização para enfrentar a mídia hegemônica que continua mentindo, e efetivamente mostrarmos a verdade aos povos, ao povo brasileiro especialmente. Estados Unidos e os países centrais servem como genocidas, praticando extermínio para a ocupação da palestina. O nosso papel é a mobilização, a denúncia e defender efetivamente a soberania do povo palestina, o direito à liberdade da Palestina e a vida em Gaza. ■

### Realidade brasileira

# EPIDEMIA DE DENGUE É RESULTADO DOS PROBLEMAS SOCIAIS

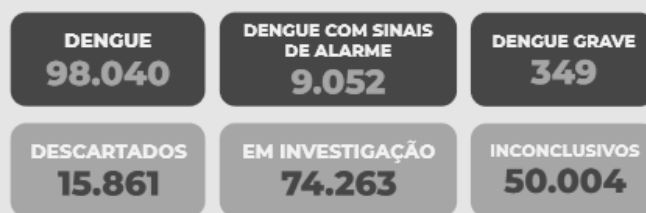
Érico

**A** pontada atualmente como a principal doença transmissível por insetos, casos de dengue marcam recordes no ano de 2024. Na Região Centro-Oeste, os dados de 2023 saíram de 129 óbitos registrados para 451 em 2024. No Distrito Federal registrou-se no ano passado 14 mortes em decorrência da doença, enquanto neste ano o registro de mortos por dengue passou dos 280<sup>1</sup> casos, quantidade vinte vezes maior. Os números abaixo obtidos no Boletim Dengue da Vigilância Epidemiológica do DF demonstram a gravidade.

Embora alguns especialistas associem o alto crescimento dos casos ao “relaxamento” da sociedade, ocasionado no período da pandemia de covid-19, é fato conhecido e veiculado que a dengue cumpre um ciclo muito claro para a viabilidade de sua proliferação e contágio. Enquanto doença vetorial (transmitida por outro organismo provocando infecções entre seres humanos ou animais), a reprodução da dengue está associada a condições climáticas, ambientais e as complexas condições sociais conjugadas. Isso significa que o regime de chuvas e a ocorrência de acúmulos de água em objetos ou superfícies, não são potentes o suficiente para desencadear uma emergência de saúde tamanha, senão fortalecida pelas desigualdades sociais, baixo investimento em saneamento e saúde pública, além de claro, decisões políticas



#### NÚMERO DE CASOS POR CLASSIFICAÇÃO FINAL



que ocasionam estes e outros problemas sociais envolvidos.

No plano das decisões políticas, a demora na compra e distribuição da vacina da dengue no sistema de saúde pública, ou mesmo a produção original de uma vacina pelas entidades de pesquisa em saúde do Estado brasileiro, demonstram a pouca vontade de Lula e Nísia Trindade (ministra da saúde) em mitigar o problema da dengue, que tende a piorar. O tão aclamado Sistema Universal de Saúde, utilizado e defendido de fachada durante as eleições pelo atual governo, aos poucos definha. Sem previsão de melhora, se depara com a política orçamentária do Arcabouço Fiscal de Lula-Alckmin e o limite existente para investimentos em saúde.

Dentro desse universo de displicência, o Distrito Federal com Ibaneis Rocha também não apresenta bons resultados. Em dezembro do ano passado, o Sindicato dos Enfermeiros (SindeEnfermeiro) publicou um texto questionando o projeto do governador para a saúde em 2024, visto que no Projeto de Lei Orçamentária Anual (PLOA) “o GDF não aponta investimentos para atenção primária em saúde” e afirmam no texto que a quantidade de Unidades Básicas de Saúde (UBS) é

insuficiente para atender a população. Outra queixa trazida é a pressão que as equipes de saúde da família (ESF) sofrem pela demanda espontânea de emergências que acometem as populações.

Nesse cenário, ainda em fevereiro deste ano a rede de saúde do DF entrou em colapso devido a dengue, forçando Ibaneis a nomear 74 vigilantes de saúde do último concurso público. Além da alta na infecção da dengue, atendimentos pediátricos, leitos de UTI dentre outros serviços foram afetados. Casos de depredações e revoltas em estabelecimentos públicos de saúde são frequentemente registrados, escancarando a penosa conjuntura para os tralhadores.

A situação em que a prevenção e o acesso à saúde da população brasileira se encontra deve ser parte das nossas urgências, para não apenas reclamarmos entre nós mesmos dos governantes e do Estado. Construir organizações de bairros, assembleias sindicais, organizações em torno da população diretamente afetada e trabalhadores da saúde é o caminho para que os problemas sociais da saúde diminuam, incluindo nisso a incidência de surtos e epidemias como a da dengue. ■

<sup>1</sup> Painel de Monitoramento de Arboviroses





# VIVA OS 210 ANOS DE BAKUNIN

■ Grito do Povo

Nascido em 30 de maio de 1814, Bakunin dedicou sua vida à luta revolucionária. Foram inúmeros os sacrifícios pela causa do povo, deserção da promissora carreira militar, confisco de suas propriedades, cassação dos seus direitos civis, mais de uma década de prisões, condenações a pena de morte e prisão perpétua. Incalculáveis foram as vezes que este russo arriscou sua vida nas barricadas, nas trincheiras, na linha de frente. Se existe um espírito de revolta, ele se hospedou por um bom tempo em seu corpo. No entanto, mas que um homem de ação, Bakunin foi um dos mais proeminentes pensadores socialistas da história.

Desde sua juventude, Bakunin se engajou nos estudos filosóficos. Em 1835, Bakunin ingressou num círculo de intelectuais e iniciou seus estudos em Kant. Logo abandona Kant e se volta para

o pensamento de Fichte (filósofo Kantiano que superou o mestre). A partir de Fichte, Bakunin é introduzido a Hegel, estudando intensamente de 1837 a 1840. Durante esse período é responsável pela primeira tradução de obras de Hegel para o russo. Nesse período buscou conciliar o idealismo filosófico com a realidade concreta. É nesse contexto que seus primeiros escritos são publicados, com análises fundamentadas na filosofia hegeliana, contudo rumado para outros caminhos. Bakunin chegou a um grau de domínio da dialética hegeliana que ganhou notoriedade na Rússia e na Europa, obtendo reconhecimento de nomes como Marx, Engels e Herzen. Através de seu pensamento e ação se tornou uma das principais referências do movimento socialista europeu.

Não por mero acaso, em 17 de julho de 1918, décadas após sua morte, o Conselho de Comissários do Povo (presidido por Lenin) decidiu construir e reformular 50 monumentos,

incluindo uma estátua de Bakunin na Praça Turgenevkaya esculpida por Boris Koroliov. No primeiro aniversário da Revolução de Outubro, um obelisco foi erguido em Moscou, com Bakunin, Marx e Engels entre os homenageados. Em 1926, já no regime Stalinista, uma comissão governamental foi estabelecida para organizar eventos e publicações em homenagem ao jubileu de morte de Bakunin, no mês de junho. Bakunin não tinha como ser apagado como referência revolucionária na Rússia.

Até sua morte ele seguiu sendo um homem de ação e também da escrita, cada vez mais avançando no desenvolvimento de uma concepção materialista da realidade. Infelizmente até hoje é comum que sua capacidade intelectual seja ignorada, contudo sua obra atravessou séculos inspirando desde a Comuna de Paris, a Revolução Russa e até a luta dos Panteras Negras, como no ensaio “*Revolutionary Suicide: The Way of Liberation*” em que recorreram ao velho russo para falar sobre seriedade e sacrifícios na luta revolucionária.

Que o espírito revolucionário de Bakunin continue a inspirar e guiar a luta por um mundo mais justo e igualitário. ■

## Teoria revolucionária

# Os revolucionários e a defesa da família trabalhadora

■ Antonio Galego

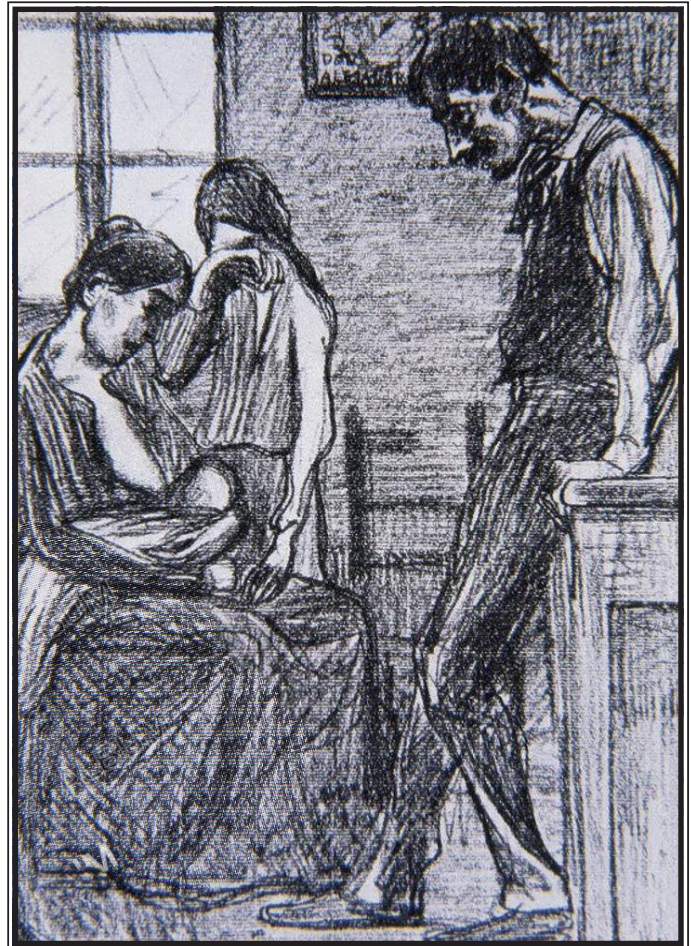
O modelo de família tradicional, numa população majoritariamente cristã como a brasileira, é normalmente formada pelo pai e mãe, unidos por matrimônio, e por um ou mais filhos, compondo uma família nuclear ou elementar. No entanto, qualquer um que conheça um pouco a estrutura familiar nos bairros pobres do Brasil sabe que existe um abismo entre esse modelo idealizado da família tradicional e a multidão de jovens sem pais, criados pelas avós ou por mães solteiras, com familiares ausentes, drogados ou violentos. Na maior parte dos casos esse modelo tradicional não existe ou é muito fragilizado.

Apesar disso a “defesa da família” tem um grande apelo nas comunidades pobres, particularmente pelas mulheres. Avós e mães cumprem um papel central nas redes de apoio e resistência familiar e comunitária. Para além da defesa da família por um viés fundamentalista ou preconceituoso (estimulada por certos líderes políticos e religiosos), existe um fato material essencial: a família ainda é um núcleo social de apoio à sobrevivência em vários aspectos. Em momentos de crise (e o povo sabe melhor que ninguém disso) os familiares demonstram a sua importância. Por isso, é preciso entender que o povo e a juventude pobre defendem essa ideia como um desejo daquilo que eles gostariam de ter ou melhorar, uma reivindicação de um direito: ter uma família estruturada, feliz, ter um lar.

A direita conservadora entendeu isso e promete em todo lugar “defender a família”,

entrando na alma popular, penetrando na realidade daqueles que clamam por um ambiente familiar e doméstico minimamente estruturados. Mas a incoerência e o oportunismo da direita é gigantesco, num dia afirmam “defender a família”, no outro defendem que um patrão deve ter o poder de demitir uma trabalhadora grávida; ou defendem a perda de direitos dos aposentados; reforçam a repressão policial que mata crianças nas periferias, etc. A defesa da família pelos políticos de direita é vazia e falsa, ela só ganha materialidade com certas práticas de apoio material e espiritual por parte de igrejas, mas ainda assim totalmente insuficientes.

Por outro lado, a esquerda liberal não consegue entender esse anseio das massas. Os militantes de esquerda ficam mais preocupados em criticar ou “desconstruir” as culturas e religiosidades populares, prestando contas a uma agenda identitária externa, do que ouvir o povo e compreender a realidade muito sofrida de famílias desestruturadas vivida pelas massas e pela juventude pobre. Não entendem que a “desconstrução” histórica das famílias brasileiras não ocorreu pela escolha livre das pessoas, mas pela imposição de condições econômicas e sociais degradantes. Assim, aos olhos do povo, a esquerda aparece como cúmplice e apologética da atual tragédia nos lares pobres. Ela é acusada



Obra “desespero da família operária”, Barcelona, 1910.

pela direita de ser responsável por desestruturar as famílias e sequer consegue se defender ou ser entendida pelo povo.

De fato tanto direita como esquerda apresentam análises erradas e falsas soluções da questão familiar. Para além da “guerra” ideológica e eleitoral, os governos de esquerda e de direita confluíram nas últimas décadas para uma política econômica neoliberal e militarista, a maior inimiga das famílias pobres. Sem estabilidade econômica, salarial, sem serviços públicos de qualidade, sem paz e cultura nos bairros, e outros direitos básicos,



a família pobre viverá sempre problemas crônicos e situações extremas que impedirão um ambiente digno para desenvolver os potenciais individuais, familiares e das comunidades. Como diz o ditado popular: “casa onde falta pão, todos brigam e ninguém tem razão”. Se a origem do problema fosse “espiritual” ou, como diz a esquerda, de uma “cultura opressora”, seria mais fácil resolver. Nunca tivemos tantas igrejas e tanto debate público contra as opressões, mas os problemas familiares pioram a cada ano.

## Questão agrário-ambiental

# SUPEREXPLORAÇÃO, AMBIENTALISMO E LUTA DE CLASSES NA AMAZÔNIA

■ **Érico**

A Região Amazônica sempre foi colocada como uma questão para o Estado brasileiro e seus consecutivos governos. Seja para a expansão extrativista e colonialista do Estado na abertura de novas frentes de exploração territorial e econômica, seja atualmente como um suposto bastião da “salvação planetária e do equilíbrio ambiental” ou as tentativas de internacionalização da floresta. Representando cerca de 60% do território do país, a Amazônia é lar de mais de 38 milhões de brasileiros, com ênfase para 867 mil indígenas (IBGE, 2022), os quais representam 51,25% de toda a população indígena do país.

O fortalecimento da suposta pauta ambiental, mundialmente e de forma inevitável, atinge o Brasil que possui as maiores regiões de biodiversidade com características ambientais únicas. É preciso mencionar a composição da economia nacional voltada a produção primária de bens, fortemente dependente dos recursos naturais, como pelo extrativismo mineral (o Brasil possui a quinta maior reserva de minério de ferro do mundo), e o agronegócio. Segundo dados tabelados do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA), em 2022 o Brasil representou 43% de toda a produção mundial de soja, seguido por Estados Unidos com 31% e Argentina com 7%. Ambas atividades econômicas estão presentes, e em crescimento, na região amazônica brasileira.

Nesse recorte, 13% do território amazônico é de produção agrícola, concentrada especialmente na porção centro-norte do estado do Mato Grosso (MapBiomas, 2022). Essa região é marcada por intensos conflitos agrários e está inserida em parte do chamado arco do desmatamento, que se estende da porção oriental do Maranhão ao Acre. A manutenção da estrutura agrária brasileira também reforça os problemas sociais – desigualdade social, conflitos e morte no campo – e problemas ambientais – destruição de ecossistemas – na Amazônia. Atualmente, a região é alvo da expansão de infraestrutura logística, escancarando a contradição do atual governo que utiliza a pauta ambiental para se promover.

Por isso, os militantes classistas e revolucionários, aqueles que honestamente estão preocupados em servir ao seu povo, precisam incorporar ao seu programa a defesa da família trabalhadora, da família livre, não só no aspecto das discriminações, mas também das garantias materiais para uma existência digna, saudável e com capacidade de desenvolvimento das potencialidades individuais e coletivas, ou seja, incorporá-la na luta economia e política do proletariado. É preciso libertar a família trabalhadora das

amarras econômicas e sociais que a esmagam e a desestruturam. Uma aposentadoria digna para os avós; segurança para as crianças brincarem na rua; pais e mães com empregos estáveis e salários dignos; tempo de lazer em família; etc. Muitos movimentos populares nos campos e favelas do Brasil (movimentos sem terra, sem teto, de mães na favela, etc.) demonstraram que a família trabalhadora não apenas deve ser defendida mas ela pode servir de base organizacional de movimentos de massa contra o Estado e o Capital. ■

Visando combater as problemáticas ambientais da região, movimentos ambientalistas através de ONGs, se multiplicaram e atuam em diversas escalas. A presença e a atividade dessas organizações porém, não são suficientes para a diminuição ou mudança de perspectivas para a questão socioambiental no país. Apesar de subsidiarem pesquisas importantes, ou apoiarem populações vulneráveis, encontram seus limites no tipo de atuação, onde denunciam as problemáticas das regiões, muitas vezes sem uma leitura conjuntural ou perspectivas críticas ao modelo de produção global, que submete o território e sua população à superexploração, e a necessidade de combate articulado, fora dos desejos das empresas multinacionais, dos governos internacionais e nacional.

A proteção da região depende de uma ação pelos territórios de cada população atingida pelos impactos das empresas multinacionais, ou pelo capitalismo monopolista, e também contra a situação de vulnerabilidade que o Estado brasileiro lançou os habitantes. Será o povo o principal agente das transformações sociais e ambientais necessárias para a melhoria de vida.

## UTILIZAÇÃO POLÍTICA DA PAUTA AMBIENTAL

Durante o governo de Bolsonaro (PL) situações como as queimadas na Amazônia e no Pantanal, e a própria postura do governo frente as pautas ambientais (que não poderiam ser outra) lançou os holofotes do mundo para a Amazônia. Foi salientada então a seguinte situação: países europeus “se juntaram a causa amazônica” tão preocupados em protegê-la quanto em explorá-la. O Fundo Amazônia que tem por finalidade “captar doações para investimentos não reembolsáveis em ações de prevenção, monitoramento e combate ao desmatamento”,



foi uma das maneiras que os países europeus buscaram para afetar o então governo.

Já no período eleitoral, Lula acenou positivamente aos anseios dos países imperialistas indicando Marina Silva como ministra do meio ambiente: “exploração da natureza com responsabilidade... dos lucros”. Não demorou para que as polêmicas sobre a Amazônia tomassem a mídia. Embora haja a redução do desmatamento na Amazônia, pautas como a exploração de petróleo na região tencionaram o governo, políticos e indústria. É visto também o aumento crescente do desmatamento no Cerrado brasileiro, onde o INPE registrou no ano passado 2.133 alertas de desmatamento.

Na pauta econômica nada criticada pelas esquerdas que sustentaram a eleição de Lula-Alckmin, está ainda o Plano de Aceleração do Crescimento com investimentos massivos na agroindústria e infraestrutura logística, com cifras bilionárias para construção de ferrovias como a Ferrogrão, ou a ferrovia Oeste-Leste. Os incentivos do governo Lula para apaziguar seus conflitos com as elites agrárias, reafirma os problemas territoriais.

## INDÍGENAS E CRISE HUMANITÁRIA

Apesar da existência de um Ministério dos Povos Indígenas, a presença dos indígenas no governo não passou de ato simbólico. Em um ano, mortes do povo Yanomami em Roraima e no norte do Amazonas cresceram 6% em relação ao ano anterior. A não demarcação dos territórios indígenas em todo o Brasil coloca a população indígena em situação de conflito constante por vida e território. ■

# Os Ajustes Fiscais anti-povo do Governo Lula-Alckmin

Jiren D.

O governo Lula-Alckmin continua a trilhar a política de estado do capitalismo dependente brasileiro definida pelo imperialismo ao Brasil, um modelo neoliberal, agroextrativista e militarista, mantendo-se como um instrumento da dominação burguesa, subjugado ao imperialismo contra as massas populares. A chamada “frente ampla” não passa de uma coalizão elitista burguesa que, sob uma roupagem supostamente democrática e progressista, impõe as massas populares uma agenda de ajustes fiscais anti-povo, valendo-se de diferentes formas de governabilidade, onde as burocracias sindicais, estudantis, populares e identitárias são cooptadas para servir aos interesses das classes dominante como forma de enganar e fragmentar as resistências do povo ao governo.

O Novo Arcabouço Fiscal elaborado pela equipe de Haddad é o “carro chefe” da política de ajustes fiscais do Governo Lula-Alckmin. Esse projeto não passa de uma continuidade das políticas de austeridade fiscais iniciadas nos governos Dilma-Temer. Apesar das alegações de seus defensores, o Novo Arcabouço Fiscal não traz avanços significativos comparados a anterior Teto dos Gastos. As restrições impostas ao crescimento do gasto público,

mesmo em cenários favoráveis de arrecadação, representam um ataque aos direitos sociais conquistados com lutas sociais como investimentos na saúde e educação. Além disso, a destinação de uma parcela considerável da arrecadação para o pagamento dos juros da dívida pública evidencia os interesses imperialistas como do FMI e Banco Mundial na política de austeridade fiscal no Brasil.

A manutenção das Reformas Trabalhista e Previdenciária, Marco Temporal, Novo Ensino Médio e da Política de Preços da Petrobrás, somada à perspectiva de novas reformas neoliberais, como a tributária e administrativa, PL dos aplicativos, escancararam o compromisso do governo com os interesses das classes dominantes. É evidente que o governo Lula-Alckmin não promove a conciliação de classes, como erroneamente é propagandeado por setores do reformismo. Pelo contrário, é marcado pela submissão aos interesses da burguesia, relegando ao povo a miséria, desemprego, violência e migalhas de programas de assistências sociais aconselhados pelo Banco Mundial como medida para evitar revoltas.



Diante desse cenário é imprescindível que os honestos lutadores do povo ajudem o povo nessa grande missão de construir uma via independente dos interesses do mundo burguês seja ele progressista ou conservador. É necessário ir ao povo, ajudá-lo nessa grande tarefa de separar o mundo das massas populares do mundo burguês e concentrarmos nossas forças organizando os trabalhadores marginais e setores estratégicos através da construção de assembleias, espaço de sociabilidades, redes de apoio para darmos os primeiros passos para criar uma resistência que tenha força e organização para furar a polarização burguesa e termos capacidade real de enfrentar todos esses ataques neoliberais dos governos ao povo. ■



## CRUZADINHA: PALESTINA LIVRE

- 1) Organização político militar, fundada em 1967, de orientação marxista-leninista que atua na Palestina.
- 2) organização política e militar palestina de orientação sunita islâmica que governa a Faixa de Gaza.
- 3) Leila \_\_\_\_\_ é uma militante política que luta pela libertação da Palestina. Em um de seus célebres discursos ela afirmou que “Eu aprendi que uma mulher pode ser um lutador, um lutador de liberdade ativista, e que ela pode se apaixonar e ser amada, ela pode ser casada, ter filhos, ser mãe... a revolução deve significar a vida também; todos os aspectos da vida”.
- 4) Estado impulsionador da ocupação no território Palestino.
- 5) Série de revoltas do povo Palestino contra a ocupação territorial.
- 6) Ideologia colonial que fundamenta o expansismo do Estado de Israel.
- 7) Região palestina ocupada por Israel onde os conflitos e genocídio são mais intensos.

1)				P			
		2)		A			
3)				L			
				E			
		4)		S			
		5)		T			
				I			
6)				N			
		7)		A			